

T ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS em: <u>17 105 114</u> sessão ordinária *Noculia*

PARECER COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTICA

PROJETO DE LEI Nº 252/2024 MENSAGEM DE LEI Nº 562/2024

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação no orçamento vigente e dá outras providências".

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação no orçamento vigente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, proveniente de repasse Fr a Fundo do Governo Federal.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão Constituição e Justica, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 252/2024**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua **aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça em Reunião realizada no dia 27 de maio de 2024, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 252/2024.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores

Daniel Felix da/Silva

Vereador Presidente

Adriano de Almeida Lima

Vereador Relator

Renato Leitão dos Santos

Vereador Membro



em: <u>17 105 124</u> sessāgordināria

<u>PARECER</u> <u>COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO</u>

PROJETO DE LEI Nº 252/2024 MENSAGEM DE LEI Nº 562/2024

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação no orçamento vigente e dá outras providências".

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação no orçamento vigente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, proveniente de repasse Fundo do Governo Federal.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 252/2024**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua **aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização em Reunião realizada no dia 27 de maio de 2024, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 252/2024.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

Marcelo Ferraira Barros

Vereador Presidente

Elizen Quevedo

Vereador Relator

Gerson Rodrigues de Oliveira

Vereador Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

PARECER COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

PROJETO DE LEI Nº 252/2024 MENSAGEM DE LEI Nº 562/2024

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe "Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação no orçamento vigente e dá outras providências".

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação no orçamento vigente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, proveniente de repasse Fr b a Fundo do Governo Federal.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão de Educação, Saúde e Bem Estar Social, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III – VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Projeto de Lei Nº 252/2024, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua aprovação.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Saúde e Bem Estar Social em Reunião realizada no dia 27 de maio de 2024, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 252/2024.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,

João Orlando Bernardino da Silva

Renato Leitão dos Santos

Vereador Relator

Lucas Luiz/de Cristo Teixeira

Vereador Mesabro (ad hoc)

Vereador Presidente